

8.11.87

Industrialização e ZPEs

25/87

IGNÁCIO M. RANGEL

Na fase recessiva do passado Ciclo Longo, assinalado por outro "crash" da Bolsa de Nova York, preterintencionalmente, porque, em verdade, não sabíamos que e como fazer, lançamo-nos a um porfido esforço de substituição de importações que, sem que soubessemos como nem porque, tomaria a forma de industrialização. A substituição de importações não era novidade. A ela havíamos recorrido nas fases recessivas dos passados ciclos longos. Tampouco estávamos sós, nessa empreitada, visto como os outros países periféricos, como hoje dizemos, ou semicoloniais, como dizíamos há meio século, com maior ou menor sucesso, empenhavam-se também em similares esforços de substituição de importações. O que nem todos conseguiram fazer, e o que fizemos com singular vigor, foi dar a esse esforço de substituição de importações e caráter de industrialização.

Na fase recessiva do 1º Ciclo Longo (1815-1848), nosso esforço de substituição de importações assumiu a forma de diversificação da produção das unidades econômicas paradigmáticas da época, isto é, das fazendas de escravos e dos precoces latifúndios feudais da campina gaúcha e do sertão árido do nordeste. Na fazenda de escravos crescia a importância econômica da Casa Grande, à custa do Eito.

Na fase recessiva do 2º Ciclo Longo (1873-1896), o esforço de substituição de importações assumiria a forma da proliferação de unidades artesanais urbanas. Afinal, as cidades haviam crescido à custa da transferência para elas das Casas Grandes. Era uma substituição mercantil de importações, supervisionada pelo capi-

tal comercial, o qual se preparava, assim, para a hegemonia, no pacto de poder que se implantaria com a Abolição-República.

Na fase recessiva do ciclo subsequente, o 3º, o esforço de substituição de importações teria, desde o princípio, uma componente industrializante. Essa componente materializou-se, a princípio, na região sudeste, mas teria sido impossível ou de fôlego curto, se o Brasil não fosse a formação continental que é, tanto como mercado, quanto como constelação de recursos.

O arquipélago econômico que era o Brasil em 1930 foi-se integrando paulatinamente, à medida que a industrialização ia vencendo suas etapas, começando pela indústria leve e chegando à indústria pesada e aos grandes serviços de utilidade pública. A implantação do sistema rodoviário e da indústria automotiva teria papel importantíssimo nesse processo, pontilhado de altos e baixos. Nada idílico, portanto. Mas o fato é que todo o imenso país participa do processo de industrialização, seja como mercado, como supridor de matérias-primas ou de mão-de-obra.

Os fulcros de industrialização, a princípio limitados ao sudeste, hoje estão surgindo pelas outras regiões, mas, onde quer que surjam, seriam impossíveis sem a unidade econômica assente na unidade política nacional. Assim, qualquer idéia de buscar a aceleração do processo pelo isolamento de pedaços do país seria esdrúxula. Esse isolamento não poderia levar a outro resultado senão ao estancamento do todo e das partes, a exemplo do que aconteceu a outros países da América Latina.

Era inevitável, entretanto, que a substituição de importações esgotasse seu efeito industrializante. A industrialização deve prosseguir, levando a suas últimas consequências, culminando com a conversão do capitalismo industrial em capitalismo financeiro. E não haveria de faltar quem supusesse que, com a superação da etapa substituidora de importações, para a qual a unidade econômica e política do país havia exercido função tão capital, haveria de chegar a hora do desmantelamento da unidade nacional, sob o pretexto da abertura do sistema.

Ora, a abertura é imprescindível, mas isso não quer dizer que devamos reduzir a cacos nossa aduana, nosso sistema cambial, nossa moeda, afinal, como resultaria, sem falta, da proliferação das notórias Zonas de Processamento de Exportações que, no desespero de sua presente situação econômica quase todos os governadores estão reclamando, indo ao ponto, alguns, de querer não uma, mas várias ZPE's.

A abertura do sistema econômico, no sentido preciso de aumento do coeficiente de exportação-importação, na formação do dividendo nacional, pode e deve resultar de uma decisão unitária. Nosso trunfo para bem vender está em nossa capacidade de bom comprar, o que supõe o controle das importações. O desmantelamento da unidade não seria apenas um ato de traição nacional, mas também um ato de suicídio econômico, porque a reserva de mercado será tão necessária no processo de abertura, quanto o foi no passado, na fase substituidora de importações de nossa industrialização.

Com efeito à tendência protecionista, que com tal força se vinha manifestando, não poderá deixar de exacerbar-se, na esteira da crise mundial que acaba de assumir a forma clássica de "crash" da Bolsa. Seria um absurdo supor que os EUA deixarão abertas suas barreiras, enquanto um déficit monumental em suas contas externas ameaça com o colapso de sua moeda. Em suma, onde o mercado não permanecer fechado por motivos econômicos — como no Japão ou na Alemanha Ocidental — tenderá a fechar-se institucionalmente, como já vem acontecendo com os EUA.

Isso não quer dizer que não haja países interessados em comprar os nossos produtos, mas isso será, cada vez mais, condicionado a que compremos os seus, tornando o comércio exterior uma rua de mão e contra-mão, como deve ser. Em suma, o mercado exterior, visto como uma coisa indivisa e homogênea, é um mito. No exterior, o que temos, são numerosos países e grupos de países, cada um dos quais confrontando-nos com uma problemática específica, a exigir que os tratemos consequentemente.

Ora, se atualmente quase não podemos fazer tal diferenciação, nossa capacidade de formular e cumprir uma política comercial adequada a cada caso será reduzida a zero, se deixarmos que a proliferação de ZPE's desmantele nossa precária aduana.

E, com esta, nossa soberania nacional.

IGNÁCIO M. RANGEL, 74, economista, foi presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, e é membro do Conselho Federal de Economia.